

# **ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA MATERNA: DA LICENCIATURA E A FORMAÇÃO DOCENTE À SALA DE AULA**

FACHIN, Paulo<sup>1</sup>  
CASAGRANDE, Suzana Ceccato<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O ensino de língua portuguesa como língua materna em nosso país incentiva e promove muitas discussões envolvendo acordos e desacordos entre alunos, professores e pesquisadores da área de Letras, constituindo em um espaço com muita relevância para pesquisas que discutem sobre o processo de ensino e aprendizagem de línguas. Este trabalho tem o objetivo de discutir sobre os aspectos relevantes e as contribuições do estágio supervisionado na formação do professor de língua portuguesa como língua materna e os reflexos deste trabalho (de formação) na sala de aula da Educação Básica. O estágio supervisionado é um componente/uma unidade curricular obrigatório/a nos cursos de licenciatura em Letras e as possibilidades de encaminhamento das atividades refletem significativamente na preparação do docente de língua portuguesa para todos os níveis de ensino. Segundo Gusso (2010), o ensino de língua portuguesa passou a integrar os currículos em nosso país apenas no final do século XIX, buscando levar o aprendiz a reconhecer tão somente as regras da gramática normativa. Porém, em nossa contemporaneidade, o ensino de língua materna parte de situações do dia a dia prestigiando o trabalho com os gêneros textuais. Refletiremos, também, sobre os fundamentos teóricos que tratam do estágio supervisionado como prática pedagógica para o ensino e a aprendizagem da oralidade, escrita e leitura, oportunizando a promoção dos níveis de letramento dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores, ensino, aprendizagem.

## **LA ENSEÑANZA Y EL APRENDIZAJE DE LA LENGUA PORTUGUESA COMO LENGUA MATERNA: DE LA GRADUACIÓN Y LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO AL AULA**

## **RESUMEN**

La enseñanza de la lengua portuguesa como lengua materna en nuestro país fomenta y promueve muchas discusiones que involucran acuerdos y desacuerdos entre estudiantes, profesores e investigadores en el campo de las Letras, constituyendo un espacio de investigación muy relevante que discute el proceso de enseñanza y aprendizaje de las lenguas. Este trabajo tiene como objetivo discutir los aspectos y aportes relevantes de las prácticas supervisadas en la formación del profesor de portugués como lengua materna y las consecuencias de este trabajo (formación) en el aula de la Educación Básica. La pasantía supervisada es un componente/ una unidad curricular obligatoria en los cursos de Licenciatura en Letras y las posibilidades de direccionar las actividades se reflejan significativamente en la preparación del profesor de lengua portuguesa para todos los niveles educativos. Según Gusso (2010), la enseñanza de la lengua portuguesa pasó a formar parte de los planes de estudio en nuestro país recién a finales del siglo XIX, buscando que el aprendiz reconociera únicamente las reglas de la gramática normativa. Sin embargo, en nuestra contemporaneidad, la enseñanza de la lengua materna se basa en situaciones cotidianas, dando un lugar privilegiado al trabajo con géneros textuales. También reflexionaremos sobre los fundamentos teóricos que abordan la pasantía supervisada como una práctica pedagógica para la enseñanza y el aprendizaje de la oralidad, la escritura y la lectura, brindando oportunidades para la promoción de los niveles de literacidad de las personas.

**PALABRAS CLAVE:** Formación del profesorado, enseñanza, aprendizaje.

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor dos cursos de graduação em Letras e Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, Cascavel-PR. E-mail: [paulo.fachin@hotmail.com](mailto:paulo.fachin@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professora dos cursos de graduação em Letras – EaD e presencial – do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, Cascavel-PR. E-mail: [suzana.ceccato@gmail.com](mailto:suzana.ceccato@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, talvez seja demasiado adequado discutirmos um pouco sobre o que é ensinar e o que é aprender considerando, obviamente, a educação escolar. Sobre ensinar como o ato de facilitar a aprendizagem, Oliveira (2010) nos esclarece que,

Ensinar, à luz da visão interacionista, significa **facilitar a aprendizagem** dos estudantes, entender o aprendizado como um fenômeno sociocultural. Ao professor cabe a tarefa de propiciar aos alunos o ambiente e os meios necessários para que eles construam seus conhecimentos. Facilitar o processo de aprendizagem engloba uma série de atos bastante complexos, dentre os quais figuram: oferecer um ambiente afetivo na sala de aula que seja favorável ao aprendizado; dar espaço para que a voz do estudante seja ouvida; sugerir estratégias de aprendizagem; recomendar leituras; transmitir informações relevantes para o processo de construção de conhecimentos. [...] Ensinar é o ato de facilitar o aprendizado dos estudantes, o que significa que o professor precisa realizar ações concretas resultantes de um planejamento que pressupõe alguns princípios teóricos. (OLIVEIRA, 2010, p. 29-30). [grifos do autor]

Considerando o posicionamento e explicações do autor, o papel do professor será de orientador do processo de construção da aprendizagem. Ao se pensar o processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa na condição de língua materna, não podemos nos esquecer de que devemos ultrapassar a ideia de ensino que privilegie estruturas e apenas aspectos gramaticais, porém considerar os contextos de fala, o conhecimento de mundo trazido ao espaço escolar pelo aprendiz e questões relacionadas ao letramento, pois não basta decodificar, é indispensável compreender e utilizar o que se lê. Possivelmente, a ênfase apenas na gramática não resultará na autonomia do indivíduo nos momentos de interação social e usos da língua, posicionando-se.

Diaz Bordenave e Pereira (2010) nos esclarecem que a aprendizagem se relaciona com a motivação do indivíduo permanente em sua capacidade e disposição para as atividades as quais ele se propõe ou a ele são propostas, não podendo ser atribuída apenas aos processos de crescimento e maturação e doenças ou outras causas. Ambos teóricos, consideram o ensino um processo pelo qual é possível facilitar que pessoas progridam, cresçam moral e intelectualmente, “fornecendo-lhes situações planejadas de tal modo que os aprendizes vivam as experiências necessárias para que se produzam nelas as modificações desejadas” (DIAZ BORDENAVE; PEREIRA, 2010, p. 61).

Com relação a estas reflexões, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná: Língua Portuguesa (2008) nos explicam que,

Ensinar a língua materna, a partir dessa concepção, requer que se considerem os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido, bem como o contexto de produção do enunciado, uma vez que os seus significados são sociais e historicamente construídos. [...] Sob essa perspectiva, o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa visa aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que eles possam compreender os

discursos que os cercam e terem condições de interagir com esses discursos. Para isso, é relevante que a língua seja percebida como uma arena em que diversas vozes sociais se defrontam, manifestando diferentes opiniões. (SEED/PR, 2008, p. 49-50).

Ao falarmos em aprimoramento de conhecimentos linguísticos e discursivos estamos fazendo referência ao letramento, ultrapassando a ideia de alfabetização, ou seja, a leitura e a compreensão do que o sujeito está lendo, sendo o letramento do aprendiz, uma das funções dos espaços escolares, para que ele se identifique e possa interagir nos momentos de uso da língua, tanto na oralidade, como na escrita e leitura, esta última exigindo dos falantes, dos usuários da língua, conhecimentos prévios diversos.

Neste sentido, Oliveira (2010) aprofunda nosso entendimento sobre conhecimentos prévios, dizendo que,

**Conhecimentos linguísticos** são os semânticos, os sintáticos, os morfológicos, os fonológicos e os ortográficos.

**Conhecimentos enciclopédicos** são aqueles que possuímos a respeito do mundo, os quais incluem os conhecimentos gerais, característicos do senso comum, e os conhecimentos mais específicos, tanto em termos culturais quanto em termos técnicos.

**Conhecimentos textuais**, que não se confundem com os linguísticos, embora estejam estreitamente relacionados a eles, são aqueles que possuímos acerca dos elementos de textualidade, dos tipos e gêneros textuais. [...] Os nossos conhecimentos prévios ficam armazenados em nossa mente em forma de esquemas mentais, ou seja, estruturas de conhecimentos existentes em nossa memória. (OLIVEIRA, 2010, p. 60). [grifos do autor]

Para que os conhecimentos textuais sejam valorizados e considerados na formação do aprendiz na condição de indivíduo letrado, o professor de Língua Portuguesa poderá utilizar os mais variados gêneros em sala de aula, como por exemplo literários, jornalísticos, digitais, cujas práticas devem ser incentivadas ainda no curso de Letras, principalmente, nas atividades práticas e no planejamento de atividades ligadas ao estágio supervisionado obrigatório, possivelmente, um dos momentos mais relevantes de uma licenciatura, oportunizando, ao futuro professor, relação entre teoria e prática.

Ao discutirmos sobre estágio supervisionado e formação de professores no contexto da licenciatura em Letras, também estamos falando em educação superior. Considerando o entendimento de Demo (2009) sobre as instituições de educação superior e o art. 43 da LDB 9.394/96 comentado por Cordeiro (2015), este nível de ensino deverá cumprir com as seguintes finalidades:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação popular, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (CARNEIRO, 2015, p. 500).

O entendimento da LDB 9.394/96 sobre as finalidades do ensino superior relacionado à estimulação da criação cultural e ao pensamento reflexivo, indo para além do ensino e da pesquisa, valorizando ainda mais o advento da tecnologia e as intervenções dos sujeitos no contexto em que vivem, transformando-o para o bem de suas comunidades. Estas são questões consideradas também pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Letras do Ministério da Educação – MEC, publicadas em 2001, cujas orientações nos explicam que,

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que: facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho; criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional; deem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno; promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação; propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio. [...] O profissional de Letras deverá, ainda, estar compromissado com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional. (BRASIL/MEC, 2001, p. 31).

As diretrizes são claras quanto aos objetivos definidos para a formação deste profissional, que trabalhará com o ensino da língua materna, principalmente. Comenta sobre a ética, responsabilidade social e educacional, questões relevantes para a atuação no mundo do trabalho. Porém, não deixa de manifestar preocupação e passar orientações sobre as atividades de estágio, relevantes e indispensáveis para esta licenciatura e para a formação do professor de Letras.

As práticas de ensino sempre fazem parte das rodas de discussões, pois os trabalhos relacionados ao estágio supervisionado deverão proporcionar, ao aluno da licenciatura, contato com o cotidiano escolar, mais especificamente, contato com as atividades de docência de uma sala de aula,

cujo espaço reflete a futura realidade de atuação. Serão momentos de observação e análise do contexto educacional, verificando as possibilidades de intervenção e colocando em prática as leituras e orientações dos professores, em sua sala de aula, no curso de Letras, trabalhando com a dicotomia teoria e prática.

Com relação ao entendimento de que as atividades de estágio envolvem teoria e prática, Pimenta e Lima (2012) nos colocam que,

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas na formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). [...] Nesse processo, o papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos. [...] A prática educativa (institucional) é um traço cultural compartilhado que tem relações com o que acontece em outros âmbitos da sociedade e de suas instituições. Portanto, no estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 41 e 43).

Teoria e prática são fundamentais para a formação dos futuros professores, isto é, leituras e planejamento de trabalhos que busquem proporcionar ao aluno (futuro docente), por meio de teorias e do campo de estágio, aproximação do cotidiano escolar e da realidade em que atuará. Atividades práticas apoiadas em leituras, pesquisas e metodologias inovadoras de ensino que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e excelência, provocando reflexões e desenvolvimento da postura docente, partindo da realidade encontrada nos espaços escolares.

O reconhecimento dos espaços e do contexto em que as atividades serão desenvolvidas é imprescindível. Conhecer os alunos, os professores que já atuam na unidade escolar (campo de estágio), fazer a leitura do Projeto Político-Pedagógico, documento que norteia as ações da comunidade escolar, conversar com pais e com direção e coordenação são tarefas que contribuirão para a tomada de decisões sobre o que ensinar e qual abordagem utilizar, qual a metodologia mais adequada para potencializar o processo de orientação da aprendizagem para tal realidade, implementando melhorias, pois, desta forma, o aluno/estagiário (futuro professor) terá maior aproximação das necessidades do grupo de alunos envolvidos nas atividades práticas e de estágio planejadas. A partir desta perspectiva, ambos ganharão e poderão se desenvolver intelectualmente, alunos do campo de estágio e estudantes do curso de licenciatura em Letras. Neste sentido, é preciso ter compreensão, clareza e buscar respostas para uma questão relevante: que professor queremos formar?

Pimenta e Lima (2012) nos dizem que o professor é um profissional que planeja seu trabalho, buscando o desenvolvimento intersubjetivo e pessoal dos estudantes, intermediando e facilitando o acesso aos conteúdos e à produção de conhecimento, sendo “um ser de cultura que domina sua área de especialidade específica e pedagógico-educacional e seus aportes para compreender o mundo; [...] um membro da comunidade científica, que produz conhecimento sobre sua área e sobre a sociedade”. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 88).

Kulcsar (1991) nos explica que,

Os cursos de formação de professores devem proporcionar aos futuros profissionais uma ampla base de conhecimento para toda a atividade educativa. [...] A escola destaca-se, dentre as diversas organizações da sociedade, pelas suas características de intencionalidade e organicidade na apropriação dos elementos mais elaborados da cultura, isto é, o conhecimento com bases científicas que fundamentam o saber do homem. O conhecimento elaborado, principalmente, no decorrer dos anos escolares, adquire força educativa quando se torna instrumento capaz de auxiliar o sujeito a atuar concretamente na natureza e na sociedade de modo crítico e transformador (KULCSAR, 1991, p. 70).

A ideia da formação de professores transpõe o entendimento de conhecimentos relacionados aos conteúdos que serão ensinados e metodologias de ensino, mas, sim, o contato com as mais diversas problemáticas sociais e intervenções possíveis nestes contextos, buscando a formação de indivíduos críticos e atuantes em suas respectivas comunidades.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando esta perspectiva, o trabalho do professor de língua portuguesa como língua materna tem destaque, pois ele poderá encaminhar situações e atividades, em sala de aula, que promovam e estimulem a formação de alunos/sujeitos críticos, letrados, conhecedores dos aspectos culturais que os rodeiam permitindo, assim, promovendo atuação crítica e posicionamento diante das resoluções de problemas sociais que impedem o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos em determinados contextos da sociedade.

Com estas reflexões é possível (re)pensar o papel do estágio supervisionado na formação do professor de línguas, seu papel nos cursos de formação de professores, pois, são os momentos em que os alunos das licenciaturas têm oportunidades de vivência e compreensão da dinâmica de uma sala de aula, desde que, obviamente, com apêndices e aportes teóricos que respaldem as práticas pedagógicas, isto é, uma das funções da universidade é fornecer conhecimentos e teorias que permitam que a prática de sala de aula possa ser justificada.

## **REFERÊNCIAS**

- BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Letras.** 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- DEMO, Pedro. **Qualidade e pesquisa na universidade.** 2009. Disponível em: <http://www.adesgba.org/mestrado2017/FUNDAMENTOS/TEXTOS/pdf/Qualidade%20e%20Pesquisa%20na%20Universidade%20Pedro%20Demo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- DIAZ BORDENAVE, Juan. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil:** leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- GUSSO, Angela Mari. Língua Portuguesa. *In: Ensino Fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais*. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Educação, 2010.
- KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. *In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado.* Campinas, SP: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber:** teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2010.
- PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica:** Língua Portuguesa. SEED/PR: Curitiba, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_port.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_port.pdf) Acesso em: 24 ago. 2019.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.